

Tradicionalismo e Liberalismo na Carta Constitucional de 1826

António Lemos Soares

Tradicionalismo e Liberalismo na Carta Constitucional de 1826

António Lemos Soares

Absolutismo ou Absolutismos?

As dificuldades em estudar o *Antigo Regime* avolumam-se até aos dias de hoje. Todavia, são muitos os autores contemporâneos que disso se deram conta¹ e há mais de 150 anos o 2.º visconde de Santarém² escrevia, a seguinte e, quanto a nós, elucidativa passagem:

«Desgraçadamente para o nosso Portugal o conhecimento das nossas cousas pátrias não só tem há tempos sido de todo abandonado mas o que he mais espantoso, se tem até promovido por todos os meios a ignorância dellas! Daqui resulta, na parte de Direito Público, e na de História, o ser-nos applicavel o que Bacon dizia da Filosofia: que a maior parte dos abusos, e erros entre os Homens provinhão das falsas noções das ideas: que era pois necessário reparar as mesmas ideas. Nós precisamos portanto – conclui o ilustre historiador – de remediar as nossas confusões históricas.»³

Santarém escrevia em circunstâncias de renovação do interesse pela História das Instituições nacionais – a conturbada época da instauração do liberalismo – e chamava à colação, no prefácio da sua importante e incompreendida obra, para uma realidade, da qual ainda nos nossos dias tantos dos que se interessam por estas matérias parecem padecer. Ora, uma das «confusões históricas» a que talvez se não consiga escapar com facilidade é a que diz respeito ao que tenha sido o absolutismo em Portugal.

É de todo necessário, antes de nos dedicarmos à matéria a que se refere este nosso estudo, determinar o que se entende por tal expressão. Paulo Ferreira da Cunha admite, a este respeito, três ou quatro acepções essenciais para o termo absolutismo no que ao nosso país diz respeito⁴.

O primeiro sentido de absolutismo ligar-se-ia ao período de formação da nacionalidade. O rei é livre no sentido de não ter qualquer tipo de dependência política em face de algum

¹ Acerca das dificuldades da Historiografia liberal em compreender os traços característicos do *Antigo Regime*, V.g., António Manuel HESPANHA, *As Vésperas do Leviathã*, Coimbra, Almedina, 1994, pp. 21 e ss.

² Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 1791/1851. Sobre esta interessante personagem da nossa Historiografia e História política da primeira metade de Oitocentos, v.g., Afonso ZÚQUETE, direcção, coordenação e compilação, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, volume III, 2.ª edição, reimpressão, Lisboa, Editorial Enciclopédica, 1989, pp. 301-304.

³ 2.º Visconde de SANTARÉM, *História e Theoria Geral das Cortes Geraes que em Portugal se celebrerão pelos Tres Estados do Reino [...]*, Parte 1.ª, Lisboa, Impressão Régia, 1828, p. III.

⁴ Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1995, p. 390.

Talvez por isso, as notícias de que no ano de 1789 em França se dera uma revolução parecem não ter criado em Portugal, qualquer tipo de perturbação. Bem pelo contrário. As informações enviadas pelo nosso embaixador em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, não parecem demonstrar qualquer tipo de receio face aos acontecimentos ocorridos e denotam até alguma simpatia pelo movimento revolucionário¹¹.

No entanto, a revolução francesa vai radicalizar-se nos discursos e nos actos. O processo revolucionário que, num primeiro momento e na opinião da diplomacia portuguesa, parecia destinado a estabelecer em França um regime parlamentar à inglesa¹², transformar-se-á numa longa sucessão de acontecimentos que irão colocar em cheque a própria existência de Portugal como nação independente.

São, sumariamente, os seguintes naquilo que ao nosso país se refere:

Depois da condenação à morte de Luís XVI (21 de Janeiro de 1793), a Europa, monárquica e legitimista, sobressalta-se naturalmente. Portugal ao lado da Espanha invade o território da república francesa na campanha que ficará conhecida como a guerra do Rossilhão. Sem qualquer respeito pela nossa delicada posição – pressionados como estávamos pelos ditames da velha aliança com Inglaterra –, a Espanha assina em separado a paz com a França. A guerra termina em 1795.

Seis anos depois, e após uma política diplomática de constantes tergiversações por parte da chancelaria portuguesa, é a própria Espanha, agora aliada dos franceses, quem nos invade. É a conhecida “guerra das laranjas”. Portugal perde Olivença que até hoje, ainda nos não foi restituída¹³.

Em 1807, outra vez em Guerra com Portugal, os nossos vizinhos celebram mesmo com a França, o secreto tratado de Fontainebleau pelo qual retalhavam o território nacional em três Estados vassalos de Espanha¹⁴.

¹¹ A este respeito consulte-se: D. Vicente de Sousa COUTINHO, *Diário da Revolução Francesa*, Lx.^a, Edições Távola Redonda, 1990.

¹² António Pedro VICENTE, *As Invasões Francesas*, in *História de Portugal*, volume VIII, direcção e coordenação, João Medina, Barcelona, Ediclube, 2001, p. 11, in fine.

¹³ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, volume VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982, pp. 324 e ss..

¹⁴ Afonso ZÚQUETE *op. cit.*, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, volume I, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Enciclopédica, 1989, p. 39.

Perante a eminente invasão das tropas francesas, D. João, príncipe regente, pela incapacidade manifesta da Rainha D. Maria I, toma a pesada e, ainda nos nossos dias, polémica decisão de passar com o governo do reino para o Brasil¹⁵.

A posição do príncipe era, com efeito, de uma dificuldade manifesta. No país e na corte debatiam-se, nesse momento ainda e só no domínio das ideias – poucos anos mais tarde, como se sabe, a luta transformar-se-ia numa guerra violentíssima aquando das invasões que de França nos chegavam –, duas diferentes linhas de actuação política:

O partido *inglês*, era favorável ao embarque imediato da família real para a América de maneira a afastar o regente português da guerra na Europa. O partido *francês*¹⁶, pelo contrário, preferia que Portugal abandonasse a aliança com Inglaterra e aderisse, de maneira definitiva, ao bloqueio continental decretado por Napoleão.

Da contenda, saiu vencedor o primeiro dos partidos e o príncipe português, dirigiu, em 26 de Novembro de 1807, um manifesto à nação em que explicava os motivos que o levavam para o outro lado do oceano, para o imenso Brasil, na verdade, parte integrante dos vastos domínios da rainha de Portugal¹⁷. Determinava, nesse texto, que os franceses deveriam ser tratados como amigos e que a resistência poderia trazer consequências funestas. Deixava a governar os seus domínios europeus uma regência constituída por sete elementos¹⁸.

¹⁵ A decisão do príncipe tem dado, até aos nossos dias, azo às mais díspares opiniões. Para uns – o caso paradigmático é o de Oliveira Martins ou o de Raul Brandão – tratou-se de um acto cobarde, desprovido de qualquer tipo de preocupação com os destinos e interesses nacionais, apenas preocupado com a própria sobrevivência da pessoa do rei e da família real. Para outros – cite-se, por exemplo, o nome de João Ameal – a partida da corte para a América constituiu um acto que, apesar das dificuldades, garantiu a independência nacional e preparou a futura emancipação do Brasil como pátria unida, mantendo a ligação – ainda que meramente simbólica – ao reino de Portugal. Somos favoráveis à segunda das teses expressas. A independência do Brasil, para que tanto contribuiu a acção de D. João VI, foi, a nosso ver, a mais bem conseguida de todas as que foram concedidas na América Latina durante o primeiro quartel do século XIX. Quase nos atrevemos a dizer, no princípio do século XXI, que foi a mais feliz descolonização de sempre.

¹⁶ Em Portugal, a influência cultural francesa era, antes da revolução de 1789 e, deve dizer-se, continuou a sê-lo mesmo depois do período das invasões, muito grande. Como refere Paulo Ferreira da Cunha: «Antes das invasões, recordamos um fundo de significativa influência cultural gaulesa, *maxime*, no domínio literário, e a existência de uma facção ou clima de opinião muito favorável à França, [...]», Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1995, p. 273.

¹⁷ A ideia da partida do governo do reino para terras de *Vera Cruz* não era uma novidade na corte portuguesa. João Ameal considera que, pelo menos em quatro oportunidades, tal estivera a um passo de acontecer. A primeira, aquando da crise dinástica de 1578-1580. Nessa difícil circunstância sugeriu-se a D. António Prior do Crato a partida para o Brasil; a segunda, alvitrou-a o padre António Vieira a D. João IV durante os momentos de maior dificuldade da guerra da Restauração; a terceira ocorre no reinado de D. José em 1762, Pombal e D. Luís da Cunha, aconselham, por receio de Espanha, a passagem da corte para o Rio de Janeiro; a quarta surge por conselho do marquês de Alorna ao príncipe regente, em 1801 no decurso da guerra com Espanha. Cfr. João AMEAL, *História de Portugal, das origens até 1940*, 5.^a edição, Porto, Livraria, Tavares Martins, 1962, p. 529.

¹⁸ Afonso ZÚQUETE, *op. cit.*, volume I, p. 667.

As ideias da maçonaria¹⁹ cuja influência havia muito se fazia sentir no nosso país e que, como não poderia deixar de ser, os soldados franceses faziam questão de divulgar à sua passagem, parecem atingir, por esta altura, o seu zénite em Portugal²⁰.

Disso parece ser demonstrativo, o insólito pedido formulado a Napoleão por parte de uma *Junta dos Três Estados do Reino* constituída por membros da confiança de Junot, de conceder ao nosso país uma Constituição e um rei.

O partido francês parecia triunfar afinal²¹. Apesar de não ter, sequer, chegado ao conhecimento do Imperador dos franceses este texto fica na História nacional, como a primeira tentativa de implantar entre nós, um regime de tipo constitucional. Como refere Oliveira Martins, a um passo esteve de suceder com Portugal o que, em circunstâncias similares, ocorreu na Suécia com o também militar francês Bernadotte²².

Até 1811 Portugal sofreu mais duas violentíssimas invasões combatidas de maneira heróica pelo *povo em armas*, como se dizia à época. Outro ponto de relevo se deverá considerar. Desde 1808, a Espanha levanta-se também de maneira frenética contra o invasor francês²³.

O segundo movimento que, no nosso país, se pode apontar com o escopo de implantar um regime liberal é o que sucede em 1817 em Lisboa. Mais uma vez, sob a directa influência da maçonaria se urde a revolução. As ideias novas circulavam com inaudita velocidade e sob sua inspiração se cria o denominado: *Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brazil e Algarves*.

Denunciada a conspiração ao governo – chefiado, de facto, pelo oficial inglês William Carr Beresford – a punição dos supostos revolucionários foi cruelíssima. Vários foram os suspeitos

¹⁹ A maçonaria em Portugal não foi, ao que parece, inicialmente, de inspiração francesa. Parece ter sido, sobretudo, de ascendência inglesa. Foram vários, na verdade, os oficiais ingleses que, combatendo em Portugal o inimigo francês, não se eximiram de fazer divulgar as ideias da maçonaria. Chegaram mesmo ao ponto de organizar em Lisboa uma procissão maçónica. Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, p. 274.

²⁰ Sobre a influência das sociedades secretas no eclodir do movimento revolucionário português de 1820, cfr. Paul SIEBERTZ, *Dom Miguel e a sua Época, a verdadeira História da Guerra Civil*, Aveiro, ACTIC, 1986, pp. 25 e ss..

²¹ Cfr. António Manuel HESPANHA, *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 54 e ss..

²² Joaquim Pedro OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, II, sexta edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1901, p. 245.

²³ Cfr. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, volume VIII, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, pp. 20 e ss..

que se condenaram e entre eles, como cabeça do movimento, uma das mais polémicas figuras da História nacional – traidor para uns, herói para outros, enforcado na Torre de S. Julião da Barra: Gomes Freire de Andrade²⁴.

A Revolução de 1820

Melhor sorte teria para os desígnios do liberalismo português, outra associação secreta – denominada *Sinédro* – criada no Porto, em 1818. Constituída por nomes como Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho, Ferreira Viana, foi a directa responsável pela referida revolução de 24 de Agosto de 1820²⁵.

Os liberais portugueses contaram, para o êxito da sua arriscada empresa, além do natural descontentamento popular com a, para muitos, incompreensível ausência do rei e do governo no Brasil²⁶, com dois inesperados factores.

Em primeiro lugar, teve o movimento revolucionário a seu favor a partida de Beresford para o Brasil. O militar inglês viajara para o Rio de Janeiro com o intuito de pedir ao rei D. João VI – D. Maria I havia falecido em 1816 –, reforçados poderes para governar Portugal. A ausência do oficial inglês proporcionou aos liberais – e a muitos que o não eram, mas que com sinceridade desejavam uma mudança na situação política do país –, o ensejo de, com êxito, realizar a revolução.

Em segundo lugar, a vitória dos revolucionários ficou a dever-se, em grande medida, às alterações políticas verificadas em Espanha, em Janeiro de 1820. Com efeito, a Constituição

²⁴ Cfr. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, VIII, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, a pp. 121 a 126.

²⁵ José Joaquim LOPES PRAÇA, *Collecção de Leis e Subsídios para o Estudo do Direito Constitucional Português*, volume II, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1894, p. XIV, *in fine*.

²⁶ Leia-se, a este respeito, o que escreve um autor, indubitavelmente favorável aos direitos de D. Miguel de Bragança ao trono de Portugal, acerca da situação política e social que se vivia no país por esta época e a falta de resolução da Corte do Rio de Janeiro em regressar a Portugal: «Durante os longos anos de guerra fora um sacrifício para os leais portugueses a ausência da Família Real e da Corte. Enquanto os Príncipes e as Famílias Reais de Espanha, Itália e Alemanha, que tinham sido forçadas a abandonar os seus países regressavam apressadamente, D. João não se resolvia a deixar o Rio-de-Janeiro. Mais ainda: quando, depois da batalha de Waterloo apareceu uma esquadra inglesa na baía do Rio-de-Janeiro para trazer para Lisboa a Família Real, D. João mandou declarar ao comandante que não precisava do comboio inglês quando quisesse voltar para Portugal, e não tencionava ainda partir». Cfr. Artur HERCHEN, *Dom Miguel Infante*, Lisboa, Edições Gama, MCMXLVI., p. 34.

de Cádiz havia sido reposta em vigor²⁷ e tal acontecimento, não poderia deixar de trazer consequências relevantes a Portugal²⁸.

Como motivo mais relevante da revolução deve apontar-se um outro, de maior relevo ainda, embora menos apreciável à primeira vista. Pensamos que o século XVIII em Portugal e a hipertrofia patológica dos poderes da coroa, quebrou a natural continuidade histórica das nossas instituições políticas tradicionais²⁹.

Quão diversa foi, com efeito, a monarquia de D. José e de Pombal, daquela outra de raiz medieval referida, por exemplo, por Teixeira de Pascoaes:

«Temos ainda os forais e os princípios de direito político estabelecidos nas antigas cortes, revelando o espírito de independência que animou sempre a alma popular. Intervinha no governo do País, na sucessão do trono, em todos os actos de interesse geral que o Rei praticasse: a guerra e a paz, lançamento de impostos, etc. E exercia ainda uma esperta vigilância sobre os homens do Estado, alguns dos quais foram acusados e condenados!»

Em plena Idade Média, enquanto outros Povos gemiam sob o peso do poder absoluto, impúnhamos à nossa monarquia a forma condicional: o rei governará se for digno de governar e governará de acordo com a nossa vontade expressa em cortes gerais reunidas anualmente.

*E temos ainda várias leis antigas emanadas do Costume, as quais receberam dele uma nuance original que também caracteriza o génio português»*³⁰.

²⁷ José Joaquim LOPES PRAÇA, *Collecção de Leis e Subsídios para o Estudo do Direito Constitucional Português*, volume II, *op. cit.*, p. XV.

²⁸ Um dos aspectos que sempre nos impressionou, no que concerne à implantação do liberalismo em Portugal é o conjunto de extraordinárias similitudes com o que se passava, à época, em Espanha. Senão, atente-se os factos seguintes: em 1808 um grupo de liberais portugueses pede a Napoleão uma constituição. No mesmo ano, em Baiona, a Espanha “recebe” o seu primeiro texto constitucional através da directa actuação dos franceses. Em Janeiro de 1820, reimplanta-se no país vizinho a constituição de Cádiz de 1812. Em Portugal, no dia 24 de Agosto do mesmo ano, dá-se a revolução liberal que dará origem à primeira constituição portuguesa de 1822. Em Novembro de 1822, as potências da Santa Aliança, reunidas no congresso de Verona, decidem a ingerência em Espanha para restaurar o absolutismo de Fernando VII. Em 1823, ocorre a intervenção em Espanha do exército francês do duque de Angoulême (*os 100.000 filhos de São Luís*) para tornar efectivas as decisões de Verona. Em Portugal, é nesse mesmo ano, que o infante D. Miguel pretende restaurar, em Vila Franca de Xira a realza absoluta do senhor seu pai D. João VI. Os exemplos poder-se-iam multiplicar durante os séculos XIX e XX. Sobre esta interessante questão, v.g., Jorge MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional I*, 6.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 249-250.

²⁹ Cfr. João AMEAL, *História de Portugal, das origens até 1940*, 5.^a edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1962, p. 502.

³⁰ TEIXEIRA DE PASCOAES, *a Arte de ser Português*, Lx.^a, Assirio & Alvim, 1991, pp. 78-79.

Se nos é permitida a expressão, as nossas instituições políticas anteriores ao século XVIII consubstanciaram, na maioria dos casos, uma verdadeira «monarquia popular»³¹ onde, regra geral, se aplicou – recorde-se tão-só, os exemplos da aclamação de D. Afonso III, de D. João I e da Restauração – o velho princípio escolástico que prescreve *omnia potestas a Deo per populum*. Em tudo contrário à ideia de *Direito Divino dos Reis* preconizada pelos arautos do absolutismo pombalino, capazes, imagine-se, de considerar apócrifa a monumental obra *Justa Aclamação...* de Francisco Velasco de Gouveia, um dos textos de maior relevância para fundamentar os acontecimentos de 1 de Dezembro de 1640³².

As Cortes reuniram-se em sessão preparatória em Janeiro de 1821 e a 26 do mesmo mês, procedeu-se à sua instalação³³. Mais de duzentos anos depois da sua última convocação, voltavam a reunir-se em Portugal as assembleias tradicionais da monarquia, embora de maneira diferente do que tinha acontecido até 1698.

Entretanto, no Brasil os acontecimentos sucedem-se a um ritmo vertiginoso. A tropa do Rio de Janeiro revolta-se, em Fevereiro de 1821, aos gritos de «Viva a Liberdade!», «Viva a Constituição!». O rei sob directa influência do príncipe D. Pedro, assina um decreto em que, ademais de reconhecer as Cortes de Lisboa, se compromete a fazer cumprir a Constituição que dela emanasse³⁴. Perante as circunstâncias, outra alternativa não restava a D. João VI senão a de regressar a Portugal e a 7 de Março de 1821, por forma de decreto, anuncia-se a partida do monarca para as terras portuguesas do continente europeu. Como regente do Brasil, em nome do rei, ficaria o príncipe D. Pedro³⁵.

³¹ O termo que utilizamos pode ser objecto de crítica. Pretendemos, todavia, sublinhar as raízes populares da nossa monarquia. Mais uma vez, influências estranhas se mesclam com a nossa tradição política e constitucional. Como escreve Luiz de Magalhães: «O princípio da soberania nacional não é, portanto, uma herança ideológica da Revolução francesa, [...] mas um conceito político bem tradicionalmente nosso», Luiz de MAGALHÃES, *Constitucionalismo e Tradicionalismo, Estudos de Historia e Política Nacional*, Porto, Lello, 1927, p. 295.

³² Cfr. *Assento de 30 de abril de 1767 em que se declara que não é do dr. Francisco Velasco de Gouveia o livro intitulado «Justa aclamação», que lhe é atribuído*, in José Joaquim LOPES PRAÇA, *Collecção de Leis e Subsídios para a História do Direito Constitucional Português*, volume I, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1893, pp. 335 e ss. e Jose' de SEABRA da SYLVA, *Dedução Crhonológica e Analytica...*, na qual se manifestão pela fufeffiva série de cada um dos Reynados da Monarquia Portuguesa os horrorosos estragos que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal..., Lisboa, na Officina de Miguel Menestal, 1767, pp. 438 a 440.

³³ José Joaquim LOPES PRAÇA, volume II, *op. cit.*, p. 153.

³⁴ O decreto do rei tem o teor seguinte: «Havendo eu dado todas as providências para ligar a constituição que se está fazendo em Lisboa, com o que é conveniente ao Brazil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já approvar essa mesma constituição, e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo descanso e felicidades: hei por bem desde já approvar a constituição que ali se está fazendo, e recebel-a no meu reino do Brazil e nos mais dominios da minha corôa. Os meus ministros e secretários de estado, a quem este vae dirigido, o farão assim constar, expedindo aos tribunaes e capitães generaes as ordens competentes. Palácio do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1821», in *Documentos para a História das Cortes Geraes*, Tomo. I, p. 162, apud José Joaquim LOPES PRAÇA, *op. cit.*, volume II, p. 154.

³⁵ João AMEAL, *op. cit.*, p. 567.

O rei parte em lágrimas, saudoso de certo, de um tempo em que, apesar de todas as dificuldades da política europeia, pôde desenvolver um labor de muito relevo no Brasil preparando-o, de facto, para a independência futura³⁶. A obra do rei de Portugal e do Brasil é digna dos maiores encômios. Durante os treze anos de estada nas Américas, D. João VI não só realizou uma obra de fomento verdadeiramente notável³⁷, como produziu um conjunto de medidas administrativas e legais de teor garantístico, destinadas à protecção dos vários grupos sociais mais desfavorecidos. Foi, por exemplo, o que sucedeu com os índios, ou com os escravos negros³⁸.

Voltemos, porém, à situação em Portugal.

O rei chega a Lisboa no dia 3 de Julho de 1821. A recepção não foi de maneira nenhuma calorosa. Treze anos depois de ter partido, os liberais não permitiram outras manifestações populares que não fossem as de dar vivas: à «Religião!»; à «Constituição!»; às «Cortes!»; à «Família Real!» e ao «Rei Constitucional!»³⁹. Ambiente frio, desolador mesmo, a contrastar com as antigas manifestações de júbilo popular que sempre se verificavam quando o rei se via pelas ruas do reino. Os revolucionários tomados de um radicalismo a todos os níveis desnecessário, nem sequer permitiram que, alguns dos mais chegados ministros do monarca, permanecessem em Lisboa. O caso paradigmático (apesar de não ser o único) é o de D. Pedro de Sousa Holstein – sucessivamente, conde, marquês e duque de Palmela, futuro e destacado liberal.

No discurso pronunciado no dia 4 de Julho de 1821, o presidente das Cortes, José Joaquim Ferreira de Moura, parece, todavia, querer ressuscitar as velhas e, à época, esquecidas por tantos que delas se deveriam lembrar, liberdades tradicionais ao afirmar por exemplo: a vigência da lei fundamental da monarquia e pretender ressuscitar o indissolúvel vínculo entre os reis e os povos⁴⁰.

³⁶ Afirma João Ameal: «Dom João, saudoso dos anos de sossego e de governo inteligente em que, por assim dizer, criou o Brasil político e económico, a unidade e a riqueza de um país novo – vem apreensivo pelo que deixa, mais ainda pelo que irá encontrar em Lisboa.», *Idem*, *op. cit.*, p. 567, *in fine*.

³⁷ Como muito bem sintetiza um autor brasileiro do século XX: «Ninguém mais trabalhou pela independência do Brasil, que D. João VI, o qual nos seus treze anos de administração cuidou exactamente de preparar o País para o governo de si mesmo, abrindo-lhe os portos, dando-lhe arte, escolas, academias, bibliotecas, imprensa, liberdade de transporte, vias de comunicação, exército, armada, culturas, e numa palavra, tudo quanto podia conduzir-nos à vida de soberania. Fê-lo com propósito declarado e firme de formar no Brasil o grande império de futuro.», Cfr. Epitácio PESSOA, *apud* Afonso ZÚQUETE, *op. cit.*, volume I, p. 685, *in fine*.

³⁸ Cfr. Paulo Ferreira da CUNHA, *Pensamento Jurídico Luso-Brasileiro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 71 e ss..

³⁹ Afonso ZÚQUETE, *op. cit.*, volume I, p. 685.

⁴⁰ O discurso completo do presidente das Cortes poder-se-á consultar, in *Documentos para Historia das Cortes Geraes*, 1820-1825, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 208.

«Senhor: – Os representantes da nação portuguesa rodeando o throno do seu rei, constituindo e firmando a lei fundamental da monarchia, seguem hoje grandes exemplos, renovam epochas brilhantes da sua historia e apertam de um modo indissolúvel aquelle vinculo politico que deve unir os povos aos reis e os reis aos povos».

Estaria Ferreira de Moura a discursar, tão só, para agradar aos putativos desígnios do monarca? Seriam as suas palavras, apenas, um *pró-forma* para acalmar os ânimos dos realistas vindos do Brasil?

Ou, pelo contrário, o presidente das Cortes era sincero ao enfatizar o princípio da união entre o rei e o povo? Pretendia-se, mesmo, em sua opinião, *retomar* – sublinhamos a palavra utilizada – as épocas brilhantes da história de Portugal? Talvez nunca o saibamos. No entanto, a revolução acelerava...

Os acontecimentos mais relevantes do ano de 1822 são os seguintes:

A Constituição de 1822

A 25 de Junho, é apresentado o projecto constitucional. A 23 de Setembro, conclui-se a Constituição. A 30 de Setembro, o rei de Portugal jura o texto constitucional⁴¹. Acrescenta o monarca quando procede ao juramento, uma, talvez, surpreendente expressão: «...e faço-o com o maior prazer e do fundo do meu coração»⁴².

Devemos, mesmo antes de tecer algumas sucintas notas aos principais vectores da Constituição de 1822; apontar um aspecto de todo o interesse: os deputados dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves, detentores do poder constituinte originário; titulares do poder soberano da nação, estavam obrigados a elaborar uma Constituição tão liberal como a de Espanha.

O protesto do deputado conservador Manuel Trigoso d'Aragão Morato não teve provimento junto da Junta Preparatória das Cortes. Considerou-se a iniciativa como: imprudente, intempestiva e ilegal...⁴³ Não sabemos o que dizer perante esta argumentação. As próprias

⁴¹ Paulo Ferreira da CUNHA, *Para um História Constitucional do Direito Português* [...], *ob. cit.*, p. 364.

⁴² Artur HERCHEN, *op. cit.*, p. 79.

⁴³ José de ARRIAGA, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, II, Porto, Livraria Portuense, 1887, p. 501.

Cortes Constituintes limitavam os poderes dos seus deputados e, perante a reacção de um deles, argumentavam com a ilegalidade. Esta limitação é, a todos os títulos, surpreendente. Expressa, no entanto, de maneira clara uma das principais influências do nosso primeiro texto constitucional, a da Constituição de Cádiz de 1812.

Influência importante, ainda que, aparentemente menor, tiveram, da mesma maneira, as Constituições francesas de 1791 e de 1795⁴⁴. Deve todavia ter-se em atenção, que a Constituição espanhola tinha ela própria uma óbvia influência francesa. Daí que, autores como Paulo Ferreira da Cunha, defendam, a nosso ver bem, que a preponderância, ainda que indirecta do nosso primeiro texto constitucional, foi a francesa e não a espanhola.

Talvez os liberais portugueses tenham apelado para a Constituição espanhola para não ferir susceptibilidades nacionalistas. Ainda estariam vivos na memória colectiva os horrores das invasões. Por paradoxal que pareça, tornava-se mais fácil recorrer ao exemplo do secular inimigo espanhol do que ao do velho amigo francês. Para mais, a própria situação internacional assim o aconselhava. A França restaurada fora membro do Congresso da Santa Aliança de Verona em Novembro de 1822, onde se comprometera extirpar toda a influência liberal da Península. No ano seguinte, seria mesmo o exército francês a repor a monarquia absoluta de Fernando VII em Espanha – tudo aconselhava pois, a uma diminuição das referências francesas.

Do mesmo modo, não seria conveniente irritar a Inglaterra defensora de uma política de maior moderação para com o liberalismo português e espanhol. O governo inglês preconizava até, a outorga de Cartas Constitucionais aos países ibéricos, desde que elaboradas conforme o exemplo da Carta francesa de 1814⁴⁵.

Quais eram, afinal, as características fundamentais do documento que o rei tinha jurado com o maior prazer e do fundo do coração?

A Constituição de 1822 é promulgada em nome da *Santíssima Trindade*, no que é cópia fiel da Constituição espanhola de 1812⁴⁶.

⁴⁴ Jorge MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional, Preliminares O Estado e os Sistemas Constitucionais*, Tomo I, 6.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 261-262.

⁴⁵ Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, op. cit., p. 307.

⁴⁶ O Texto da Constituição espanhola de 1812 poder-se-á consultar, por exemplo, in Paulo Ferreira da CUNHA, *Teoria da Constituição*, I, a pp. 450 e ss..

O título I da Constituição, que consta de 19 artigos, retoma, em grande medida, os principais elementos quanto à liberdade, igualdade, segurança e propriedade, próprias da perspectiva liberal. Refiramos alguns:

O artigo 1.º da Constituição expressa com clareza estas mesmas ideias ao prescrever a defesa da liberdade, segurança a propriedade⁴⁷:

Os artigos seguintes explicitam o que se entende por liberdade e por segurança. O artigo 2.º determina: «A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixarem de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis»⁴⁸ define-se liberdade de uma maneira estritamente positivista e legalista. A lei torna-se dona e senhora da liberdade. Não pode haver liberdade sem lei, parece querer dizer o texto que citamos.

O artigo 4.º, refere-se à matéria penal. «Ninguém deve ser preso sem culpa formada» prescreve-se aí o princípio do *nullum crimen sine culpa*, ideia tributária das obras de um Voltaire ou de um Beccaria⁴⁹. O artigo 6.º enuncia o que seja o direito de propriedade como, «direito sagrado e inviolável, de qualquer português»⁵⁰.

Os artigos 7.º e 8.º abordam a importante matéria da liberdade de expressão. O primeiro dos artigos admite-a enquanto o seguinte lhe impõe um importante limite em matéria religiosa.⁵¹ O artigo 9.º determina a igualdade perante a lei, outro dos dogmas sagrados do liberalismo⁵²:

⁴⁷ «A Constituição política da Nação portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos Portuguezes», cfr. José Joaquim LOPES PRAÇA, volume II, op. cit., p. 2.

⁴⁸ Cfr. *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p.30.

⁴⁹ Acerca do Humanitarismo, v.g., Mário Júlio Almeida COSTA, *História do Direito Português*, 3.ª edição, Coimbra, Almedina, pp. 362 e ss..

⁵⁰ José Joaquim LOPES PRAÇA, volume II, op. cit., p. 2-3. Encontram-se nestas páginas os artigos 4.º, 5.º e 6.º, da Constituição de 1822.

⁵¹ José Joaquim LOPES PRAÇA, *Colecção de Leis e Subsídios para a História do Direito Constitucional Portuguez* volume II, op. cit. p. 3.

⁵² «A lei é igual para todos. Não se devem portanto tolerar privilégios de foro nas causas civeis ou crimes, nem commissões especiaes.», *Idem*, p. 3

Os artigos 10.º e 11.º voltam a tratar de matéria penal. O artigo 10.º impõe o princípio da necessidade da lei penal⁵³: Outra vez se nota o ascendente das doutrinas humanitaristas do século XVII e, ao que pensamos, a confirmação de uma velha tradição portuguesa de brandura no domínio judicial⁵⁴.

No título II, deparamos com uma disposição, no artigo 25.⁵⁵, que pretendia aquietar e trazer para o lado constitucional, a renitente ordem eclesiástica. Prescreve-se a religião católica como do Estado, embora se permita o culto privado de outras religiões. Neste ponto específico, a Constituição de 1822 é até mais liberal do que a Constituição espanhola. Esta, não se refere ao culto de outras religiões a não ser para o proibir⁵⁶:

O artigo 26.º prescreve o princípio da soberania inalienável e indivisível da nação⁵⁷ e o artigo 27.º enuncia que a nação é livre e independente e não pode ser património de ninguém⁵⁸. A Constituição admite os três poderes do Estado, executivo, legislativo e judicial, poderes independentes e que não se podiam arrogar atribuições dos outros, artigo 30.⁵⁹.

As Cortes eram constituídas por uma câmara única, não tendo direito de voto as mulheres, os analfabetos, os frades, os criados de servir, entre outros, artigo 33.⁶⁰. A Assembleia detinha importantes atribuições, na sua maior parte sem carecerem de sanção real, artigo, 103.⁶¹. Quando esta sanção era obrigatória o rei apenas podia vetar de maneira suspensiva, artigo 110.⁶².

⁵³ O artigo 10.º dispõe: «Nenhuma lei, e muito menos a penal, será estabelecida sem absoluta necessidade.» O artigo 11.º estabelece: «Toda pena deve ser proporcionada ao delicto; e nenhuma passará da pessoa do delinquente. Fica abolida a tortura, confiscação de bens, a infâmia, os açoites, o braço e pregão, a marca de ferro quente, e todas as penas cruéis ou infamantes.» José Joaquim LOPES PRAÇA, volume II, *Idem, Ibidem*, pp. 3-4.

⁵⁴ Presente, por exemplo, nas mesas comunitárias presididas pelo Menino-Imperador em que os presos eram libertados. Sobre a matéria, v.g., António QUADROS, *Portugal, razão e mistério*, Lisboa, Guimarães Editores, I, 2.ª edição, 1988, pp. 63 e ss., *apud* Paulo Ferreira da CUNHA, *Teoria da Constituição*, I, op. cit., p. 120.

⁵⁵ Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p. 35.

⁵⁶ É o artigo 12.º da Constituição espanhola que se refere a matéria religiosa, in Paulo Ferreira da CUNHA, *Teoria da Constituição* I, op. cit., p. 453.

⁵⁷ Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p. 36.

⁵⁸ *Idem*, p. 36.

⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 37.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 38.

⁶¹ *Idem, Ibidem*, p. 58.

⁶² *Idem, Ibidem*, p. 60.

As Cortes Constituintes diminuíram de maneira abissal os tradicionais poderes do Chefe do Estado em Portugal. É verdade que a sua pessoa era considerada inviolável e não sujeita a responsabilidade alguma, art. 127.⁶³, contudo, não se lhe reconhecia qualquer direito próprio, artigo 121.⁶⁴. Como conclui Marcelo Caetano a este respeito, «a prática da Constituição teria certamente conduzido, com o tempo, a um sistema parlamentar de assembleia»⁶⁵.

Um dos aspectos onde as Cortes ainda constituintes, demonstraram uma total inépcia foi na questão do Brasil. Vigorava desde 1815, o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, graças à política inteligente e pragmática de D. João VI havia a antiga colónia ascendido à justíssima categoria de reino⁶⁶. Pois bem, mesmo assim os deputados brasileiros em Lisboa foram tratados de maneira acintosa; a muitos títulos, aviltante mesmo⁶⁷. Maltratados pelos seus congéneres europeus, bem como pelo povo *revolucionário* das ruas e dos cafés de Lisboa, vêem-se forçados a abandonar o Parlamento e dirigem-se a Inglaterra.

As Cortes exigiam o regresso de D. Pedro a Portugal, o príncipe real desobedeceu-lhes mais do que uma vez⁶⁸ e num gesto típico do seu carácter histriónico proclamou nas margens de Ipiranga, em 7 de Setembro de 1822, o famoso «Independência ou morte!».

Estava consumada a separação. O efémero Reino Unido desfazia-se num sopro⁶⁹. A ideia de manutenção de uma grande pátria intercontinental unida por laços de verdadeira fraternidade Lusíada, como D. João VI havia idealizado, não cabia nos planos das várias potências europeias da época e no espírito dos mais exaltados defensores da separação total do Brasil.

⁶³ *Idem, Ibidem*, p. 67.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 64.

⁶⁵ Marcelo CAETANO, *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965, p. 19.

⁶⁶ Sobre a obra de fomento de D. João VI no Brasil e a constituição do Reino Unido, v.g., p. ex., Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, volume VIII, op. cit., a pp.145 a 192.

⁶⁷ A hostilidade das Cortes em relação a D. Pedro de Alcântara e às aspirações ainda e só autonomistas dos brasileiros, verificava-se, pelo menos, desde 1821. É deste ano, a famosa carta de lei datada de 1 de Outubro, em que se insta o príncipe a regressar de imediato a Portugal para viajar incógnito pelas cortes de Espanha, Inglaterra e França, o príncipe a regressar de imediato a Portugal para viajar incógnito pelas cortes de Espanha, Inglaterra e França, devidamente acompanhado «[...] por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao systema constitucional, que para esse fim sua magestade houver por bem nomear», in, *Documentos para História Das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, I, Imprensa Nacional, 1883, p. 243.

⁶⁸ Por exemplo, no dia 1 de Agosto de 1822, um mês antes, portanto, da proclamação da independência do Brasil, D. Pedro trata, nestes termos, as Cortes de Lisboa: «[...] publicou o Príncipe, um decreto – escreve o historiador liberal Sousa Monteiro sobre D. Pedro de Alcântara –, que mui bem pôde ser olhado como uma declaração formal de guerra contra as Cortes de Portugal, que ali erão accusadas de deverem a sua origem somente a clubs occultos e facciosos, e sendo como taes, um poder illegitimo, oppressivo e usurpador», in José Maria de Sousa MONTEIRO, *História de Portugal, Desde o reinado da Senhora D. Maria Primeira, até à Convenção d'Évora-Monte*, II, Lisboa, Typ. António José da Rocha, 1838, p. 400.

⁶⁹ Cfr. António VENTURA, *Da Revolução Vintista à Guerra Civil*, in *História de Portugal*, vol., VIII, direcção e coordenação, João Medina, Barcelona, Ediclube, 2001, p. 104.

A Contra-Revolução

Em Portugal, as Cortes tinham-se tornado alvo de todo um movimento de contestação chefiado pela rainha D. Carlota Joaquina⁷⁰ e pelo infante D. Miguel. A assembleia promulgava leis que, como observa Oliveira Martins, apenas os deputados pareciam entender se é que, na verdade, o faziam⁷¹. Os representantes parlamentares tinham-se afastado da realidade do país, legislavam num perigoso vazio social, económico e político, que não podia deixar de trazer consequências⁷².

O mal-estar era assim geral. Do mesmo modo, a própria situação internacional havia-se complicado de maneira radical. Contra o liberalismo peninsular, alçavam-se, desde o Congresso Verona, a Áustria, a Prússia, a Rússia e a França. Em Abril de 1823, Fernando VII retomara, de novo, os seus poderes como rei absoluto graças à intervenção militar do exército francês, chefiado pelo Duque de Angoulême. A Espanha que, anos antes, se havia oposto com determinação patriótica à invasão das tropas napoleónicas, acolheu com simpatia os soldados de Luis XVIII que restabeleciam a monarquia absoluta: *o trono e o altar*, como se dizia na época⁷³.

Em Portugal, as consequências, uma vez mais, não se fizeram esperar...

Procurando sintetizar, os acontecimentos no nosso país, são os seguintes: Em Fevereiro de 1823, o 2.º conde Amarante revolta-se em Trás-os-Montes pela restauração da monarquia absoluta. A tentativa legitimista é frustrada pelo auxílio espanhol, à época, ainda vigente o governo constitucional em Espanha⁷⁴.

⁷⁰ A oposição da rainha às novas instituições havia-se feito sentir desde o regresso a Portugal. D. João VI, espírito conciliador e de boa índole tinha, como já tivemos oportunidade de referir, jurado a constituição que o despojava de seus poderes tradicionais como rei. Ora, D. Carlota Joaquina, espírito verdadeiramente varonil, não se conformando com as novas instituições, tinha-se recusado a proceder a tal compromisso público de maneira ativa e corajosa. Sofreu, por isso, o "exílio" no palácio do Ramalhão e a perda dos seus direitos de cidadania. Dissera, na altura, que «[...] *tinha assentado de nunca jurar em sua vida nem em bem nem em mal; o que não era nem por soberba nem por ódio às Cortes, mas sim porque assim uma vez o tinha dito, pois uma pessoa de bem não se retratava*», in Fortunato de ALMEIDA, *História de Portugal*, VI, 1816-1910, Coimbra, edição do autor, 1957, p. 55.

⁷¹ Joaquim Pedro OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, sexta edição, II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1901, p. 256.

⁷² Como afirma o liberal José Maria Sousa Monteiro: «A miséria publica ia sempre em augmento. E ésta miséria originada quer do desgoverno quer das delapidações anteriores á Revolução, [...] o systema de reformas precipitadas, que as Cortes Constituintes haviam começado, e que as Ordinarias continuavão para d'algum modo satisfazer os clamores dos ultras, ia lançando a terra instituições velhas conhecidas do povo, para lhes substituir outras novas delle desconhecidas, [...]», José Maria de SOUSA MONTEIRO, *op. cit.*, III, p. 44.

⁷³ Não deixa de ser curioso notar que, o rei "substituído" pelos revolucionários franceses em Baiona em 1808 era, agora, recolocado nos seus direitos absolutos pelos realistas franceses, 15 anos depois...

⁷⁴ Cfr. João AMEAL, *op. cit.*, pp. 574-575.

Em 27 de Maio, as Cortes, pretendendo solidarizar-se com o já deposto governo liberal espanhol, enviam para a Beira o regimento de infantaria n.º 23. Em Vila Franca de Xira, depois de se lhe juntar o infante D. Miguel, as tropas sublevam-se e dão-se vivas a «*El-Rei absoluto!*». Declara-se proceder à restauração da monarquia absoluta e em missiva enviada a seu pai, o infante protestava como objectivo do movimento, libertar o rei e a monarquia do jugo opressor das Cortes. É a revolta conhecida como *Vilafrancada*⁷⁵.

D. João VI começa por condenar a iniciativa⁷⁶. Altera, porém, a sua posição e dirige-se a Vila Franca onde concede a sua adesão ao acto de D. Miguel. A Constituição é suspensa. O Congresso de deputados dissolve-se a si próprio. No entanto, contra as expectativas dos ultra-realistas – que pretendiam o fim, puro e simples, de qualquer ideia constitucional no nosso país – o rei, a 3 de Junho, prometeu outorgar a Portugal um texto constitucional que se afastasse de «*princípios que a experiência vos tem mostrado incompatíveis com a duração pacífica do estado*»⁷⁷.

O rei representava, como sempre, o «Centro» da vida política portuguesa. Não pretendia a manutenção do texto de 1822, no que seguia, pensamos, a grande maioria da opinião do país. A Constituição caída, contrariava, como vimos, em grande medida, o Direito tradicional do reino e não teve, por isso, condições de continuidade. O rei com o intuito de agradar ao partido liberal moderado, prometia outorgar um texto constitucional, no que, todavia, muito desagradava aos ultra-conservadores ou *rainhistas*⁷⁸.

⁷⁵ A carta está transcrita, na obra de Artur Herchen. Não resistimos a citá-la na íntegra: «*Meu Pai e Meu Senhor: – O único pesar que tenho é o de ter saído do Palácio de V. M. sem sua licença, mas esta não teria eu alcançado da prudência de V. M., e não podendo ver por mais tempo o abatimento do trono contra a vontade de todo reino, tomei um partido que V. M. como Rei não pode desaproveitar. Nós devemos conservar ilesa a Majestade Real, é um depósito que nos é confiado. Só pretendo servir a V. M. como Rei e como Pai, e libertar a Nação; espero que o céu nos ajudará, e que V. M. me deitará a sua benção como Pai, ainda que como Rei o obriguem a actos que exteriores contra o seu Real coração. Beijo a mão de V. M. filho mais obrigado, Miguel*», in Artur HERCHEN, *ob. cit.*, n. r. 1, p. 130.

⁷⁶ A este respeito, repare-se na proclamação que o rei profere a 30 de Maio de 1823, in, *Documentos para a Historia das Cortes Geraes*, I, *op. cit.*, p. 706.

⁷⁷ *Idem*, *op. cit.*, pp. 748-749.

⁷⁸ «Deseja promulgar – refere-se Palmela ao Rei – um código destinado não ao desenvolvimento de theses vãs e abstractas theorias, mas que sirva para garantir os direitos mais essenciaes, e para assegurar sobre bases solidas a prosperidade publica, dando logar a melhoramentos progressivos, e conservando uma prudente analogia com as instituições mais sábias das outras monarchias da Europa, não só por se acharem provadas pela experiência as suas vantagens, mas porque a boa harmonia e estreitas relações em que nos achâmos com os outros estados mostram o muito que convem que os institutos de todas as potencias se approximem o mais que for possível entre si, e contribuam reciprocamente para apertar cada vez mais os laços de íntima união em que se acham», *Idem*, *Ibidem*, pp. 789.

Os esforços desta comissão foram infrutíferos, apesar do texto final estar completo em princípios de 1824⁷⁹. A nosso ver, o fracasso ficou a dever-se a duas causas fundamentais. Em primeiro lugar, a Junta era constituída por um conjunto muito heterodoxo de personalidades, defensoras de perspectivas ideológicas e políticas, por vezes, opostas⁸⁰. Em segundo lugar, a situação internacional era, de todo, desfavorável ao projecto. A Espanha de Fernando VII, a Áustria de Metternich e a França de Luis XVIII tudo fizeram para abortar o intento constitucional de Palmela⁸¹.

A política conciliadora, moderada e cordata de D. João VI, pretendia agradar a todos. Na verdade, acabou por não agradar a quem quer que fosse. É o que acontece tantas vezes nos períodos revolucionários com os moderados, quase sempre derrotados pelos grupos mais radicais.

Portugal encontrava-se, pois, num impasse. Quem o quebraria?

Em 30 de Abril de 1824, D. Miguel, generalíssimo do exército desde Vila Franca, intenta novo golpe insurreccional: a *Abrilada*.

Tratou-se de um movimento de contornos que, até aos nossos dias, se podem considerar mal definidos⁸². O rei apoio-o nos primeiros momentos, deixando-se depois levar por diplomatas de França e de Inglaterra para um navio surto no Tejo, donde intimou D. Miguel a apresentar-se-lhe e o «convidou» a viajar pela Europa. De alguma maneira, a posição de D. João VI foi a inversa de 1823. Na *Vilafrancada*, o rei começou por não apoiar o movimento para mais tarde se lhe juntar. Na *Abrilada*, concedeu o seu aval à iniciativa para, poucos dias depois, a deixar soçobrar.

Um ponto há, a nosso ver, incontestável. A tentativa de golpe de Estado tratou-se de uma precipitação inqualificável dos realistas portugueses, constituiu um erro enorme para a sua causa. Sobretudo, porque nos poucos dias que durou o movimento, os excessos sem dúvida

⁷⁹ Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português* [...], p. 378.

⁸⁰ A respeito das divergências no interior da Junta, v.g., Francisco Manuel Trigoso de ARAGÃO MORATO, *Memórias de ...*, op. cit., pp. 180 e ss.

⁸¹ Artur HERCHEN, op. cit., pp. 148-149.

⁸² Na proclamação que dirigiu ao país, D. Miguel proclamava pretender: «Salvar o Rei, a Real Família, a Nação, sustentar a Santa Religião de nossos maiores; e para tão justos fins, apesar de toda a casta de sacrifícios, estabelecer os meios necessários, já que os adoptados até agora não têm sortido o desejado efeito [...]», in João MEAL, op. cit., p. 578.

cometidos pelos mais radicais e a propaganda liberal no estrangeiro que fez eco dessa situação exagerando-a, hipotecaram, talvez para sempre, a imagem internacional do movimento legitimista português⁸³.

D. Miguel é obrigado exilar-se. O primeiro dos seus exílios, que tanto contribuiu para a criação do seu mito, ou talvez melhor, para a continuação de um velho mito, que agora encarnava o infante⁸⁴.

O rei pretendeu após o sucedido, convocar os *Três Braços* da nação para reunir as Cortes à maneira antiga. É o que consta da Carta de lei que promulga a 4 de Junho de 1824, que faz apelo à restauração da antiga Constituição política⁸⁵. Ora, a antiga Constituição política do reino de Portugal a que se refere D. João VI, só poderia ser a anterior ao século XVIII. De outro modo, nenhum sentido faria que o soberano convocasse os vários estados que conformavam a comunidade política, a participar em uma das suas assembleias tradicionais que se não convocavam há mais de um século.

A ideia de reunir as Cortes à moda antiga, apenas no curto reinado de D. Miguel, em 1828, se pôde verificar. O que não pode deixar de nos fazer pensar se, na verdade, a monarquia que este intentou restaurar não era, senão, a da continuidade da nossa tradição política e constitucional interrompida desde, pelo menos, o século XVIII^{86,87}.

⁸³ Atente-se no impressionante testemunho de António Ribeiro Saraiva, expresso em missiva dirigida de Londres à rainha D. Adelaide várias décadas após os tristes acontecimentos de 30 de Abril de 1824, em que o fiel legitimista beirão não isenta de responsabilidade o próprio D. Miguel: «[...] mas é porque, nos factos de 30 de Abril e dos oito seguintes dias, factos tão adrede adulterados e transfigurados, está principalmente a raiz da série imensa de calúnias que se lançou sobre El-Rei, e criou na Europa tão falsa e perniciosa ideia do Seu carácter ...A El-Rei N. S. venho de pôr algumas culpas; e Lhe ponho as da mocidade e da inexperiência dos poucos anos, que são as verdadeiras e que na realidade nem são Dêle, que o fizeram fiar-se em pessoas que não tinham capacidade para aconselhar e guiar-se por conselhos dela o jovem Príncipe [...]», cfr., António RIBEIRO SARAIVA, apud Artur HERCHEN, op. cit., n.º 1, p. 167.

⁸⁴ É o mito sebástico que reencarna em D. Miguel. Sobre o assunto, v.g., António SARDINHA, *Évora-Monte, in Na Feira dos Mitos*, Lisboa, Livraria Universal, 1926, pp. 107 e ss. e no mesmo sentido, Joaquim Pedro OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, II, op. cit., pp. 276 e ss.

⁸⁵ *Documentos para a História das Cortes Geraes*, I, op. cit., pp. 871 e ss.

⁸⁶ *Idem*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 716 e ss.

⁸⁷ Fosse ou não essa a intenção do *miguelismo* moderado, a verdade é que, em 1828, as principais potências europeias não estavam senão de acordo com a realza de D. Pedro. Como explica Joaquim Veríssimo Serrão: «De que servia invocar o testemunho fantasista das Cortes de Lamego ou a entrega do trono a D. João I, em 1385, e a D. João IV, em 1640, se a Europa não retirava ao imperador do Brasil os direitos que lhe cabiam na sucessão de D. João VI e se a França e a Inglaterra defendiam a Carta Constitucional como texto legítimo e que o próprio D. Miguel havia jurado?», Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, 3.ª edição, VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1984, p. 410.

A morte do Rei e a questão da Sucessão

Em 1826 morria D. João VI sem se proceder à reunião das Cortes. As circunstâncias do seu falecimento ficaram, desde esse momento, envolvidas na sombra.⁸⁸ A questão da sucessão torna-se, assim, outro dos pomos da discórdia em Portugal. Quem deveria ser o rei legítimo?

D. Pedro, primogénito da família real, tornara-se imperador do Brasil e praticara actos de rebelião para com o reino de Portugal e para com o rei seu pai.

D. Miguel encontrava-se exilado em Viena depois dos acontecimentos de Abril de 1824⁸⁹. O rei *Clemente* não deixara definido quem lhe haveria de suceder. No último decreto que se publicara em seu nome, a 6 de Março de 1826, D. João VI instituía, ao que se supõe, um conselho de regência chefiado pela infanta D. Isabel Maria que governaria Portugal até que se determinasse quem deveria ser o legítimo sucessor do trono⁹⁰.

Ao conselho de regência, coube – contra a tradição portuguesa que desde 1641 impunha a reunião das Cortes nestes casos e a separação dos tronos entre os filhos do rei falecido, determinando ainda que «[...] o maior sucederá no reino estranho e o segundo neste de Portugal»⁹¹ – a pesada incumbência de decidir a quem cabia o trono. As circunstâncias eram, deve reconhecer-se, de extraordinária gravidade. Somos de opinião, contudo, que os anos de absolutismo despótico a que o país se sujeitou durante mais de um século, terão pesado na decisão do conselho.

⁸⁸ Estudos muito recentes e de muito interesse sobre as causas do falecimento do senhor rei D. João VI, parecem demonstrar a tese do envenenamento através de arsénico. Cfr. <http://www.fam.org.pt/web/paulomiranda/Svicente.htm>. (visto em 19/1/04).

⁸⁹ Sobre a questão da legitimidade dinástica em 1826 oferece-nos dizer o seguinte. Quer de acordo com as normas de Direito tradicional, quer de acordo com as normas de Direito provenientes da constituição de 1822, o rei só poderia ser D. Miguel. As regras sucessórias expressas no texto das Cortes de Lamego – apócrifas na forma, mas verídicas no conteúdo e na aceitação nacional aquando da sua publicação em 1632 – afastavam os direitos de D. Pedro à coroa portuguesa. O assento das Cortes de Lisboa de 1641, confirmou essa mesma doutrina. À luz do que poderíamos designar como *Direito Novo*, as normas sucessórias expressas na Constituição de 1822 – como vimos, entretanto, suspensa – da mesma maneira impugnavam a realza do imperador do Brasil. O artigo 125.º-II, prescreve que o rei não pode: «[...] Sair do reino de Portugal e Algarve; e se o fizer, se entenderá que a abdica [...]», o artigo 144.º do mesmo texto constitucional, refere: «Se o herdeiro da coroa portuguesa suceder em coroa estrangeira, ou se o herdeiro desta suceder naquela, não poderá acumular uma com outra; mas preferirá qualquer quizer, e optando pela estrangeira se entenderá que renuncia à portuguesa [...]». Cfr. Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, a pp. 67 e 72.

⁹⁰ João AMEAL, *op. cit.*, p. 582.

⁹¹ Artur HERCHEN, *op. cit.*, p. 261.

Na verdade, as *Leis Fundamentais do Reino* – que se referiam, quase na totalidade, a matéria sucessória e que haviam fechado a sua «cúpula» nas Cortes de Lisboa de 1641 – como que se haviam desvanecido da consciência nacional. Não se considerou necessário, por exemplo, que as Cortes se reunissem para determinar quem deveria cingir a coroa de Portugal e poucos seriam aqueles que conheciam as instituições políticas portuguesas.⁹² O conselho de regência não foi capaz, no delicado transe político de 1826, de tomar outra atitude senão a de entregar a coroa de Portugal a um pretendente que esgrimia como único argumento sucessório o da primogenitura e que tinha contra si, todo o Direito tradicional da monarquia⁹³.

Os factos são sucintamente os seguintes.

A regência envia ao Brasil, talvez com a ideia de restaurar o Reino Unido caído em 1822 ou por mera cortesia, uma deputação para reconhecer D. Pedro como rei⁹⁴.

Este toma rápidas e, para muitos, surpreendentes medidas⁹⁵. Assim: a 29 de Abril, outorga uma Carta Constitucional a Portugal; a 2 de Maio, abdica na princesa do Grão Pará, Dona Maria da Glória os seus direitos à coroa portuguesa com a expressa condição desta – à data apenas com 7 anos de idade –, contrair matrimónio com o infante D. Miguel, seu tio, após este proceder ao juramento da Carta Constitucional⁹⁶.

Os países que formavam a Santa Aliança, apesar de serem contrários a qualquer ideia de constitucionalismo na Península, não procederam a uma ostensiva oposição à iniciativa de

⁹² 2.º Visconde de SANTARÉM, *História e Theoria Geral das Cortes Geraes que em Portugal se celebrerão pelos Tres Estados do Reino [...]*, Parte 1.ª, Lisboa, na Impressão Régia, 1828, p. III.

⁹³ Como com muito a propósito afirma um autor contemporâneo: «Não seria o momento apropriado para pôr de parte a unilateralidade de umas Cortes sem Rei (Constituição de 1822) e de um Rei sem Cortes (Carta de 26), e descer às raízes da Legitimidade, desencadeando toda a Representação Nacional? Como em 1385 e em 1640, não seria oportuno e indispensável reunir as Cortes Geraes da Nação Portuguesa? [...] O ciclo do absolutismo despótico estava definitivamente encerrado. Mas, para renovar a vida colectiva, não haveria melhor meio que recorrer às próprias fontes da existência política de Portugal, pôr a funcionar o sistema cuja primeira negação (pelo Asolutismo) ameaçara acabar com a aliança entre o Rei e o Povo e cuja segunda negação (pelo Liberalismo de 20) atirara a Nação para discórdia», in Henrique BARRILARO RUAS, *Com verdade*, prefácio da obra de Paul SIEBERTZ, *Dom Miguel e a sua Época, A verdadeira História da Guerra Civil*, Aveiro, ACTIC, 1986, p. 8.

⁹⁴ Ao que parece, o próprio imperador do Brasil parece ter sido surpreendido com a decisão do conselho de regência de Portugal. No discurso de abertura da assembleia nacional brasileira em Maio 1826, D. Pedro de Alcântara profere estas interessantes e curiosas palavras sobre a sua nova circunstância de rei de Portugal: «[...] achando-me, quando menos o esperava, legítimo Rei de Portugal, Algarves e seus domínios, [...]», in *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portugeza*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 56.

⁹⁵ Muitos eram os que esperavam a abdicção do imperador do Brasil em D. Miguel. Neste sentido, v.g., Joaquim Pedro OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, 9.ª edição, Lx.ª, Guimarães, 1986, I, p. 35.

⁹⁶ João AMEAL, *op. cit.*, p. 589.

D. Pedro de Alcântara. Na verdade, a origem do texto constitucional⁹⁷, bem como factores de ordem dinástica⁹⁸, terão contribuído para a sua aceitação por parte da, à época, conservadora comunidade internacional.

A Carta Constitucional de 1826

A Carta Constitucional teve, como sucedeu com a nossa primeira Constituição escrita, matrizes muito diversas. Desde logo, denota, como a Constituição de 1822, a influência de um texto constitucional francês. Tratava-se, desta feita, da Carta Constitucional de 1814⁹⁹. A França restaurada de Luís XVIII, apesar do pendor absolutista da nova situação política europeia, não pôde deixar de recorrer a uma Constituição ainda que outorgada. Da mesma maneira, sofreu a influência directa da Carta Constitucional brasileira de 1824¹⁰⁰, bem como da Constituição portuguesa de 1822¹⁰¹.

Antes de mais, da mesma maneira que intentamos proceder com a nossa primeira Constituição, procuraremos apontar as características genéricas da Carta.

Deve começar por referir-se que, a *Constituição de 26* foi, como o tinham sido e foram todas as outras Cartas Constitucionais, um texto outorgado. É o príncipe que, num acto de graça, por sua livre e espontânea vontade, se decide a concedê-la e mandá-la jurar aos seus súbditos de Portugal e dos Algarves.

⁹⁷ Não se pode olvidar que a Carta tinha origem na vontade de um monarca e não derivava de qualquer assembleia popular. De alguma maneira, poder-se-ia entender como um mal menor a outorga de Cartas Constitucionais que garantissem o predomínio do princípio monárquico. M. A. Coelho da ROCHA, *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação em Portugal*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1843, p. 241.

⁹⁸ Deve da mesma maneira ter-se em atenção que a rainha de Portugal, de acordo com as disposições do imperador do Brasil, seria uma descendente do imperador da Áustria. Metternich nutria uma conhecida animadversão em face deste tipo de textos constitucionais. Atribui-se-lhe mesmo a frase: «outorgar uma Carta Constitucional para evitar uma Constituição é o mesmo que recorrer ao suicídio para evitar o assassinato». Contudo, a ser verdadeira a altissonante expressão que acabamos de citar, o príncipe austríaco não podia esquecer os imediatos interesses da casa reinante a que servia da qual descendia por via materna D. Maria.

⁹⁹ Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, op. cit., p. 393.

¹⁰⁰ Sobre a Carta Constitucional brasileira de 1824, v.g., por todos, Paulo BONAVIDES e Paes de ANDRADE, *História Constitucional do Brasil*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2003, pp. 97 a 114.

¹⁰¹ José Joaquim LOPES PRAÇA, op. cit., II, pp. XXIII e XIV. O autor que citamos, não parece considerar, sobremaneira, a influência da Carta francesa. No entanto, a referência à Carta Constitucional brasileira de 1824 como influência directa da nossa Carta Constitucional, implica, a nosso ver, o recurso à Carta de 1814, ainda que como fonte indirecta. Sucede um processo similar ao que apontamos para a Constituição de 1822, e para as Constituições de 1812 e 1791.

Nenhuma assembleia, reunida à *moda* tradicional, ou escolhida à maneira liberal, teve qualquer voto na matéria. O texto inicia-se com as seguintes e elucidativas palavras:

«Dom PEDRO, POR GRAÇA DE DEUS, Rei de Portugal, dos Algarves, etc. Faço saber a todos os Meus súbditos Portuguezes, que Sou Servido Decretar, Dar e Mandar jurar imediatamente pelas Três Ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcripta, a qual d'ora em diante regerá esses Meus Reinos e Domínios, e que é do teor seguinte:».¹⁰²

D. Pedro começa, desde logo, por comunicar com os seus súbditos portugueses. De maneira alguma, os trata como *cidadãos*, como *vassalos*, ou mesmo como *portugueses*. São os seus súbditos. O imperador do Brasil tinha, como se nota, uma visão muito própria do que fosse o liberalismo. De seguida, parece-nos de relevo, a referência que é feita às *Três Ordens do Estado*. Haverá expressão mais tradicionalista do que esta? Pensamos que não. Como se vê, não se dirige o Imperador do Brasil à *nação*, ao *povo*, ou ao *reino*, mas ordena jurar a Carta Constitucional à nobreza, ao clero e ao povo. D. Pedro, parece, pois, recorrer a uma linguagem de pendor legitimista e, deve referir-se, muito pouco liberal, pelo menos no sentido jacobino do termo.

O artigo 4.º considera que o governo de Portugal é «Monárquico, Hereditário e Representativo»¹⁰³. A nosso ver, nada mais se faz senão reconhecer o tipo de governo que o país teve, com algumas intermitências, até aos finais do século XVII e princípio do XVIII. Ao que pensamos, em Portugal o governo sempre foi prerrogativa do rei com a colaboração activa e muito frequente dos representantes do reino presentes nas Cortes.

O artigo 11.º da Carta, prevê quais sejam os poderes do Estado. Ao contrário da habitual e liberal tripartição de poderes, a Carta Constitucional introduz um quarto poder. É o que se designa, de poder moderador¹⁰⁴. Em nossa opinião, recuperou-se o papel tradicional dos reis de Portugal e, ainda nos nossos dias, é a função moderadora a que melhor caracteriza o Chefe de Estado no nosso país.

¹⁰² Cfr. José Joaquim LOPES PRAÇA, op. cit., p. 69.

¹⁰³ Cfr. *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p. 104.

¹⁰⁴ «Os Poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Reino de Portugal são quatro: o Poder Legislativo, o poder Moderador, o Poder executivo, e o Poder Judicial», *Idem*, p. 106.

O artigo 14.º prescreve a composição da câmara dos deputados e da câmara dos pares. Ao contrário do que se previa na Constituição de 1822, o sistema é bicameral. O artigo que citamos, explicita: «*As Cortes compõem-se de duas Camaras: Camara dos Pares, e Camara dos deputados*»¹⁰⁵.

O artigo 34.º, impõe que a assembleia de deputados deva ser eleita e por tempo limitado. Admite, pois, que: «*A Câmara dos Deputados é electiva e temporária*»¹⁰⁶, o que acontecia, deve dizer-se, com os representantes dos concelhos do reino, no tempo em que as Cortes se reuniam habitualmente.

O artigo 39.º prevê, pelo contrário: «*A Câmara dos Pares é composta de membros vitalícios e hereditários, nomeados pelo Rei e sem número fixo*»¹⁰⁷. Os membros da câmara dos pares são directamente nomeados pelo rei. A nobreza e o clero que, segundo o arrazoado da Constituição de 1822, ficavam inibidos de desempenhar o papel tradicional que dispunham no governo do país, são como que reintegrados no seu papel histórico. Dispõem, com efeito, de uma assembleia própria, separada daquela que era constituída pelos deputados da nação. Na prática, recorria-se à forma usada no tempo das Cortes convocadas e reunidas à maneira antiga.

As sessões de abertura e de encerramento das Cortes ocorriam, de acordo com artigo 19.º, com a presença do rei¹⁰⁸ o que, mais uma vez, parece ir de encontro ao costume constitucional português. É verdade que nem em todas as reuniões das Cortes portuguesas contaram com a presença do rei, dê-se como exemplo, as reuniões de 1385 em Coimbra ou as de 1439 em Lisboa, no entanto, tal constituiu excepção à regra tradicional.

O artigo 46.º concede ao governo, cujo chefe é o rei, a possibilidade de ter iniciativa própria e originária em matéria legislativa¹⁰⁹. Pretendia-se, desta forma, conceder ao governo do rei uma prerrogativa que a anterior Constituição escrita portuguesa fazia depender somente da assembleia de deputados e restituir-lhe os poderes de que fora titular desde o princípio da monarquia.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 107.

¹⁰⁶ *Idem*, *Ibidem*, p. 111.

¹⁰⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 112.

¹⁰⁸ Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p.108.

¹⁰⁹ «O Poder Executivo exerce por qualquer dos Ministros d'Estado a proposição que lhe compete, da formação das Leis; e só depois de examinada por uma Comissão da Camara dos Deputados, aonde deve ter principio, poderá ser convertida em Projecto de Lei», cfr. José Joaquim. LOPES PRAÇA, II, *op.cit.*, p. 79.

A debatida questão na Constituinte de 1821 do veto real, é resolvida da maneira mais favorável ao monarca. Com efeito, o artigo 58.^o¹¹⁰ concede ao rei o veto das propostas das câmaras de maneira absoluta. O que se sublinha, aliás, com o articulado do artigo 59.º, que faz depender da sanção real a aprovação de todos os projectos de lei apresentados pelas Cortes¹¹¹. Perspectiva esta, que nos parece bem mais de acordo com as nossas normas de direito anteriores à revolução as quais, atribuíam ao soberano a decisão política final nas matérias de maior relevância para o reino.

O artigo 71.º considerava, mesmo, o poder moderador como a *chave de toda a organização política do Estado*¹¹². Percebemos aqui, o predomínio das ideias Benjamin Constant, e da doutrina da defesa de um poder neutro – pertencente, tal qual o poder executivo, ao rei – a servir de cerne e de equilíbrio aos tradicionais poderes do Estado. Foi a este quarto poder que D. Pedro chamou, com a propósito, poder moderador¹¹³.

O artigo 72.º estabelecia a pessoa do soberano como irresponsável, inviolável e até sagrada¹¹⁴. A sacralidade do monarca parece uma inovação da Carta em face dos antigos costumes do reino que, desde sempre, consideraram o rei de Portugal muito mais como um coordenador dos vários poderes que constituíam a sociedade do que como uma figura de origem divina¹¹⁵.

O artigo 74.º, determina em que consiste o poder moderador e prescreve um lato conjunto de atribuições que cabem ao rei em exclusivo. Por exemplo: o § 1.º concedia-lhe a prerrogativa de nomear os pares do reino; os §§ 2.º e 4.º permitiam-lhe convocar ou adiar as Cortes; o § 4.º reserva-lhe o direito de dissolução e de veto; o § 5 conferia-lhe o poder de nomear e demitir o executivo de que era chefe; os §§ 7.º e 8.º atribuíam-lhe o direito de moderar ou anular as penas¹¹⁶.

¹¹⁰ Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p. 116.

¹¹¹ *Idem*, p. 116.

¹¹² *Idem*, *Ibidem*, p. 119.

¹¹³ Diogo FREITAS DO AMARAL, *História das Ideias Políticas*, (apontamentos), volume II, Lisboa, 1998, pp. 96 e ss.

¹¹⁴ Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas, de 1822 ao texto actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, p. 120.

¹¹⁵ Cfr. Afonso BOTELHO, *Monarquia Poder conjugado*, in *Nomos, Revista Portuguesa de Filosofia do Direito e do Estado*, LX.ª, n.º 2, 1986.

¹¹⁶ Luiz de MAGALHÃES, *Constitucionalismo e Tradicionalismo, Estudos de Historia e Política Nacional*, Porto, Lello, 1927, pp. 20 e 21.

O último dos artigos da Carta Constitucional – paradigmática, nos parece, a inserção deste artigo, como o último do texto – menciona os direitos civis dos cidadãos portugueses. Ao contrário da terminologia utilizada no início do texto constitucional, – como referimos D. Pedro dirige-se aos seus *súbditos* portugueses – neste ponto, a nomenclatura é de tom bem mais liberal. Fala-se, aqui, de *cidadãos*. Deve dizer-se, a propósito, que o conteúdo deste extenso artigo 145.º prevê, nos seus 34 parágrafos, todos os direitos consagrados na Constituição de 1822 e, em alguns aspectos, é mesmo original na consagração de direitos e de garantias. Por exemplo, o § 23.º do artigo que citamos garante a «Liberdade de trabalho, cultura, indústria e comércio»¹¹⁷.

¹¹⁷ Cfr. José Joaquim Gomes CANOTILHO, *Direito Constitucional*, 7.ª edição, Coimbra, Almedina, 2003, p. 143.

Conclusão

A Carta Constitucional foi, como se acabou de verificar pela análise de alguns dos seus artigos, um texto de cariz conservador. Apesar disso, acabou por não atingir, pelo menos de imediato, a pacificação pretendida da sociedade portuguesa. Pelo contrário. Como se sabe, o conflito entre *pedristas* e *miguelistas*¹¹⁸, apenas se dirimiu depois de uma, a todos os títulos, penosa guerra civil.

A questão dinástica era – disso estamos persuadidos – a de maior relevância para os *miguelistas*. O conteúdo da Carta Constitucional não foi, a nosso ver, o factor determinante que os levou ao combate, foi, isso sim, o reconhecimento do imperador do Brasil como soberano de Portugal. A oposição à Carta derivava, sobretudo, do facto ter sido outorgada por um rei que consideravam estrangeiro. Tivessem sido convocadas as Cortes e, quem sabe a História de Portugal desse conturbado período, poder-se-ia ter escrito de diferente maneira¹¹⁹.

Artur Herchen aponta duas razões essenciais para a recusa da Carta Constitucional por parte dos defensores da legitimidade de D. Miguel.

A primeira, derivaria do facto da Carta Constitucional se tratar de um texto que não tinha surgido de uma reunião das Cortes. Com efeito, o *miguelismo* mais moderado apelava, desde há muito, para a convocação de Cortes *à moda antiga*¹²⁰. Não pensamos, no entanto, que a convocação das Cortes fosse a opinião unânime dos partidários da legitimidade de D. Miguel.

¹¹⁸ Sabemos bem, que todos os “ismos”, sem excepção, implicam uma certa dose de risco. P. ex., seria Marx, um *marxista*? Ou Lenin, perfilharia a doutrina dita *leninista*? Mesmo assim, atrevemo-nos a recorrer a tal sufixo, para descrever os seguidores de D. Pedro e de D. Miguel. É que, pensamos, são diversas, as variantes ideológicas que cabem nas duas expressões. Mais: não nos parece que D. Pedro e D. Miguel, se possam, identificar, com plenitude total, com os estereótipos próprios de um liberal e de um absolutista. Se assim fosse, como compreender, no primeiro caso, que se tivesse outorgado a Portugal um documento do teor da Carta Constitucional? E no segundo, como entender a convocação das Cortes de 1828?

¹¹⁹ Atente-se no que escreve um autor contemporâneo, favorável aos direitos de D. Pedro de Alcântara ao trono de Portugal, acerca da reacção dos defensores de D. Miguel à outorga da Carta Constitucional: «Resolveram então os miguelistas levantar todos os obstáculos à execução dos decretos de D. Pedro. Facto curioso, enquanto supuseram que o imperador do Brasil, abdicara em seu irmão D. Miguel, como falsamente constara, os anticonstitucionalistas aplaudiam as decisões de D. Pedro; mas logo que souberam a verdade, o mesmo D. Pedro tornara-se para eles uma pessoa execrável, contestando-lhe a legitimidade como sucessor de D. João VI. Só o consideravam legítimo herdeiro se cometesse ilegitimidade de abdicar em D. Miguel, mesmo em prejuízo da legítima herdeira que era D. Maria da Glória». Cfr. Mário DOMINGUES, *Liberais e Miguelistas, Evocação Histórica*, Lisboa, Romano Torres, 1974, p. 15.

¹²⁰ Depois da *Abrilada*, tinha sido essa, por exemplo, a opinião do duque de Cadaval, e, como vimos, a isso se tinha comprometido o próprio D. João VI.

Os ultra-conservadores¹²¹, que haviam demonstrado uma total inépcia em Abril de 1824, temiam que dessa reunião, pudesse sair uma Constituição e preferiam, portanto, a sua não convocação.

A segunda, resultava das alterações contidas na Carta, em matéria sucessória, o que alterava, de maneira substancial, as normas sucessórias do reino de Portugal. Para o partido favorável aos direitos de D. Miguel ao trono, a questão fundamental era bem mais a da legitimidade dinástica e não tanto a do conteúdo da Carta Constitucional¹²².

A questão dinástica não tem, para o nosso escopo, importância crucial. Urge perceber, isso sim, um outro aspecto. Importa-nos procurar determinar as razões de foro jurídico e político que se poderão aduzir para explicar o facto da Carta Constitucional ter sido aquela *Constituição* que mais tempo vigorou em Portugal.

Interessa determinar se a Carta Constitucional proporcionou um corte profundo com as nossas instituições políticas multisseculares ou, se pelo contrário, acabou por constituir uma possível continuidade com tradição política e constitucional do país.

Poder-se-á questionar o *modus operandi* de D. Pedro ao outorgar a Carta Constitucional? Cremos bem que sim, já antes expusemos a nossa posição sobre a matéria. Agora, coisa diferente nos parece ser a análise que se poderá efectuar do texto da Carta. Defendemos, sobre este ponto, uma posição que sabemos heterodoxa – ainda mais porque distinguimos a questão da legitimidade dinástica suscitada em 1826, das disposições contidas na Carta – que nos atrevemos a avançar como conclusão. Pensamos, na verdade, que a grande maioria das disposições presentes na Carta Constitucional faziam já parte da tradição jurídica nacional apesar desta se encontrar quase obnubilada a partir do consulado de Pombal.

¹²¹ Distinguimos no *miguelismo*, duas linhas perfeitamente definidas. Uma, mais radical, que consideramos prevalecente durante o período da guerra civil, era constituída por aqueles que pretendiam a continuação pura e simples do regime caído em 1820. Isto é, os que pensavam ser possível a continuação da monarquia absoluta sem a consulta regular das várias ordens do Estado reunidas nas Cortes, numa palavra, sem a restauração da nossa tradição jurídico-constitucional. A segunda ala, mais moderada e prevalecente no período ulterior à guerra civil, era favorável à restauração da monarquia tradicional portuguesa que havia soçobrado durante parte do século XVII e no decurso do século XVIII. Para estes, era de aceitar e até de defender, a convocação das assembleias tradicionais da monarquia. Como representantes da primeira linha de acção política, apontamos: na família real, D. Carlota Joaquina; no plano político, José António Leite de Barros, 1.º conde de Basto; no plano militar, o brigadeiro Teles Jordão. Como exemplos da linha moderada do *miguelismo* referimos: António Ribeiro Saraiva; o 2.º visconde de Santarém e o 6.º duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo.

¹²² Como explica Herchen a oposição à Carta derivava sobretudo da: «[...] abolição, nela incluída, das leis de sucessão existentes desde tempos remotos, ficando postos de parte os direitos de D. Miguel, como os que poderiam ter todos os sucessores de D. João VI, transferindo-se à filha do imperador do Brasil», cfr. Artur HERCHEN, *op. cit.*, p. 298.

A Carta Constitucional permitiu assim a continuidade possível – nas complexas circunstâncias do século XIX – do conjunto de liberdades anteriores ao século XVIII. Cremos, portanto, que a raiz do liberalismo da Carta, se poderá perscrutar perfeitamente na nossa tradição política. Só isso, apenas isso, poderá explicar que o se tenha mantido, ainda que com ligeiras alterações¹²³, durante mais de sete décadas no nosso país¹²⁴.

Em tantos e relevantes aspectos, a Carta veio ao encontro da nossa tradição jurídica de defesa das liberdades e prerrogativas dos estados do reino. Foi, sobretudo, uma tentativa de *Restauração* de direitos.

Por um lado, ao pretender a reabilitação da velha ideia medieval e tão portuguesa, que impunha ao monarca limites ao exercício do poder.

Por outro lado, ao tentar recuperar a participação das várias ordens sociais que compunham a nação reunidas em Cortes, na discussão e resolução das múltiplas questões que se prendiam com o governo do reino.

Concordamos, pois, com Luiz de Magalhães quando afirma:

«O nosso tradicionalismo é, assim, liberal, como é liberal o tradicionalismo inglês, como era autocrático o tradicionalismo russo, como é republicano o tradicionalismo suíço, como era imperialista o tradicionalismo germanico, etc.»¹²⁵.

¹²³ A Carta foi alterada através do actos adicionais de: 1852; 1885 e 1895-1896, cfr. Jorge MIRANDA, *As Constituições Portuguesas, de 1822 ao texto actual da Constituição*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, a pp. 141 e ss.

¹²⁴ A Carta Constitucional é, de facto, um dos textos constitucionais que durante mais tempo vigorou nos países de língua portuguesa e castelhana. Autores há, que, dirigindo a sua atenção para os casos de Portugal, Espanha e demais nações da América Latina – como se sabe, o século XX assistiu ao nascimento de vários Estados que têm como idioma oficial o português –, anotam mais de 200 Constituições escritas. Sobre o assunto, v.g., p. ex., Bernardino BRAVO LIRA, *El Estado Constitucional en Hispanoamerica 1811-1991, Ventura y desventura de un ideal Europeo de gobierno en el Nuevo Mundo*, México, Escuela Libre de Derecho, 1992, p. 12.

¹²⁵ Luiz de MAGALHÃES, *Constitucionalismo e Tradicionalismo, Estudos de História e Política Nacional*, Porto, Lello, 1927, p. 42.